

# **A revelação concluída com a época apostólica**

## **A hermenêutica teológica do testemunho e o papel do magistério na sua recepção**

A formulação do tema que me foi proposto sugere alguma amplitude de questões a reflectir. No contexto deste Congresso e no tempo de que disponho, concentro-me em três âmbitos de questões, de certa forma básicas, mas que parecem ser os aspectos fundamentais da problemática aqui envolvida. Trata-se de explicitar, antes de mais, porquê se fala de uma «conclusão» da revelação e que sentido tem essa afirmação, dentro de uma história humana que prossegue o seu curso e de um viver humano individual e colectivo que, à luz da fé, é chamado a experimentar e a atravessar as condições dessa mesma história. Simultaneamente, importa compreender em todo o seu alcance o significado normativo do testemunho apostólico, ou seja, o lugar que ocupa esse testemunho no acolhimento da revelação e na sua continuada actualização. Finalmente, interessa ver o papel que cabe à Igreja no seu conjunto e ao magistério da Igreja em particular nesse testemunho comunitário de uma revelação que tem de ser actualizada em cada tempo e lugar. Em correspondência com estes três âmbitos de questões, a presente reflexão estrutura-se naturalmente em três partes.

### **1. A revelação concluída com a época apostólica**

#### **1.1. *O acontecimento Jesus como culminação da revelação cristã***

Dado elementar da experiência cristã é a convicção crente do carácter único e definitivo da revelação de Deus em Jesus Cristo, uma convicção que se expressa no Novo Testamento em muitos

lugares e de vários modos. Lembro aqui apenas, e entre muitos outros textos possíveis, a passagem de Heb 1, 1: «Depois de ter antigamente falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos nossos pais pelos profetas, Deus falou-nos nestes últimos dias pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de tudo e por quem igualmente criou o mundo»<sup>1</sup>. Em Jesus Cristo os cristãos reconhecem a revelação escatológica, irreversível e insuperável de Deus, a comunicação pessoal absoluta e definitiva de Deus a este mundo. Na pessoa e na vida de Jesus de Nazaré Deus não manifesta apenas uma qualquer intenção de salvar a humanidade, mas faz presente na história, de modo irrevogável, essa sua vontade salvífica universal, ou seja, Deus dá-se e comunica-se por inteiro para que a humanidade possa encontrar a salvação.

Esta pretensão cristã de que a plenitude da revelação se encontra em Jesus Cristo, sua vida, morte e ressurreição, radica no mistério da encarnação. Na encarnação do Filho de Deus a fé vê não só o cumprimento efectivo da promessa da salvação feita por Deus à humanidade, mas a criação de uma situação definitiva na história da salvação: em razão da união hipostática dá-se um facto histórico-salvífico que não pode ser superado, isto é, na humanidade histórica de Jesus, na sua vida e no seu destino, estamos diante da própria realidade de Deus que se exprime no mundo em figura definitiva. Em comparação com os profetas seus antecessores, Jesus não fala apenas de Deus, mas ele próprio é o falar de Deus, «é em si mesmo e na sua totalidade a Palavra de Deus, que se fez um de nós»<sup>2</sup>. Há que afirmar, pois, que «a encarnação do Logos de Deus é, em razão da sua própria essência, o acontecimento definitivo e inultrapassável e, em consequência, o ponto culminante absoluto da história da salvação. Deste modo resulta impossível de antemão a existência de uma realidade salvífica nova e absoluta que possa proporcionar à história da salvação outro fundamento último, outra origem e outro fim»<sup>3</sup>.

Nesta afirmação crente acentua-se que, em Jesus Cristo, chegou ao seu ponto culminante não só a comunicação da própria

<sup>1</sup> Cf. ainda Mt 11, 27; Jo 1, 1-18; Heb 1, 3; Col 1,15.19; 1 Tim 2,5; 1 Cor 1, 30; 2 Cor 5, 19. Cf. neste contexto J. SCHMITZ, *La revelación*, Barcelona 1990, 166-177.

<sup>2</sup> J. RATZINGER, *Dogmatische Konstitution über die göttliche Offenbarung. Kommentar zum I. Kapitel*, in *Lexikon für Theologie und Kirche. Das Zweite Vatikanische Konzil*, Freiburg-Basel-Wien 2/1967, 510. Cf. H. URS VON BALTHASAR, *Gott redet als Menschen*, in *Verbum Caro. Skizzen zur Theologie*, Einsiedeln 1960, 98 s.

<sup>3</sup> A. DARLAP, *Teología fundamental de la historia de la salvación*, in J. FEINER-M. LÖHRER (dir.), *Mysterium Salutis*, I/1, Madrid 1969, 152. Cf. ainda 108 e 146 s.

realidade de Deus à humanidade, mas também a reflexão humana consciente sobre essa comunicação e seu testemunho. Na pessoa e na vida de Jesus identificam-se de forma absoluta e indissociável a acção de Deus e a resposta humana, uma resposta que não constitui um aspecto extrínseco e accidental, antes é um elemento interno e essencial do próprio acontecimento da revelação. Jesus como verdadeiro Deus e verdadeiro homem, como expressão única e irrepetível da presença de Deus na história humana, não é apenas «a presença definitiva da autocomunicação de Deus. Ele é também, do lado da humanidade, a plena realização da resposta humana em liberdade, obediência e doação. Assim, Jesus como homem é o sacramento da revelação ou o sinal no qual o conteúdo está imediatamente presente»<sup>4</sup>. É por isso que em Jesus Cristo não só se revela quem é Deus, mas também se manifesta a verdade acerca do homem, Ele é ao mesmo tempo mediador e plenitude da revelação<sup>5</sup>.

### 1.2. A revelação concluída com o testemunho apostólico

É em estreita e imediata ligação com o carácter insuperável da revelação de Deus em Jesus que se situa a afirmação tradicional – expressa em diversos textos do magistério<sup>6</sup> – de que a revelação, chegada ao seu cumprimento em Jesus Cristo, se encerrou com o fim da época apostólica, a qual coincide com o tempo do Novo Testamento. Claro que nesta fixação não se trata – apesar de a fórmula tradicionalmente utilizada da «morte do último apóstolo» poder sugerir algo nesse sentido – de determinar um qualquer momento cronológico exacto em que se tem de situar o final da revelação<sup>7</sup>. A questão verdadeiramente importante aqui envolvida é de ordem mais profunda, ela diz respeito ao conteúdo e à normatividade que resulta do próprio testemunho apostólico. A conclusão

---

<sup>4</sup> G. L. MÜLLER, *Katholische Dogmatik. Für Studium und Praxis der Theologie*, Freiburg-Basel-Wien 1995, 49. Cf. R. FISICHELLA, *La revelación: evento y credibilidad. Ensayo de teología fundamental*, Salamanca 1989, 56 s.

<sup>5</sup> Cf. R. LATOURELLE, *Teología de la revelación*, Salamanca 6/1985, 362. Cf. ainda G. RUGGERI, *Revelación*, in L. PACOMIO e outros, *Diccionario Teológico Interdisciplinar*, IV, Salamanca 1983, 201; W. LÖSER, «*Universale concretum*» als Grundgesetz der oeconomia revelationis, in W. KERN -H. J. POTTMEYER-M. SECKLER (ed.), *Handbuch der Fundamentaltheologie*, II, Freiburg-Basel-Wien 1985, 108-121, esp. 113 s.

<sup>6</sup> Cf. DS 3421 e 1501. Cf. ainda 3070; 2829; 2905; 3020 .

<sup>7</sup> Cf. G. SÖLL, *Dogma und Dogmenentwicklung*, in M. SCHMAUS-A. GRILLMEIER-L. SCHEFFCZYK (dir.), *Handbuch der Dogmengeschichte*, I/5, Freiburg-Basel-Wien 1971, 223-229, esp. 227.

de que se fala não olha tanto a limites temporais que pudessem ser determináveis com total precisão, mas tem a ver sobretudo com a clarificação daquilo que constitui princípio normativo para todo o sempre no tempo da Igreja. Nesse mesmo sentido afirma Heinrich Fries: «Não pode fixar-se este acontecimento cronologicamente, mas sim objectivamente. Ocorreu quando se deu a distinção fundamental entre revelação e tradição, entre origem e sucessão, entre fonte e corrente, entre constituição normativa e continuação, entre determinante e determinado»<sup>8</sup>. Uma afirmação que não é difícil de compreender se tomarmos consciência da historicidade que marca a revelação e a fé, se tivermos presente como foi longo e complexo – e não podia ser de outro modo, porque estamos diante de um acontecimento de vida da Igreja no seu caminhar histórico – o próprio processo de formação do cânon da Escritura.

Por isso mesmo, mais importante do que essa questão dos limites cronológicos – uma questão que, aliás, pode ser objecto de opinião teológica<sup>9</sup> –, é a percepção de que os termos «fim» ou «conclusão», referidos ao acontecimento da revelação, são sempre de algum modo equívocos. Mais precisamente e em vez de «termo da revelação» deverá falar-se de conclusão dos testemunhos da revelação ou da expressão normativa da revelação<sup>10</sup>. Nesse mesmo sentido Hans Urs von Balthasar chamou a atenção para a equívocidade daquela maneira de falar, não obstante a plenitude que o acontecimento de Cristo representa: «Mas deveria evitar-se aqui o emprego da palavra ‘conclusão’ como inadequada ao cristianismo. A plenitude alcançada não é uma conclusão, é antes um começo. É o começo da ilimitada actuação da plenitude de Cristo na plenitude da Igreja, do crescimento da Igreja e do mundo na plenitude de Cristo e de Deus, como o descreve a Carta aos Efésios»<sup>11</sup>.

Há que entender, pois, correctamente o que significa falar-se de conclusão da revelação. Com «fim», «final» ou «conclusão» da revelação pretende-se dizer, sobretudo e antes de mais, que o acontecimento da revelação de Deus em Jesus Cristo, abrindo embora por sua vez novos horizontes à história humana de acolhimento dos

<sup>8</sup> H. FRIES, *La revelación*, in J. FEINER-M. LÖHRER (dir.), *Mysterium Salutis*, I/1, 276.

<sup>9</sup> Cf. J. FEINER, *Revelación y Iglesia. Iglesia y revelación*, in J. FEINER-M. LÖHRER (dir.), *Mysterium Salutis*, I/2, 604-607.

<sup>10</sup> Cf. J. RATZINGER, *Ein Versuch zur Frage des Traditionsbegriffs*, in K. RAHNER-J. RATZINGER, *Offenbarung und Überlieferung*, Freiburg-Basel-Wien 1965, 67.

<sup>11</sup> H. U. VON BALTHASAR, *Wort, Schrift, Tradition*, in *Verbum Caro*, 27. Cf. K. RAHNER, *Zur Frage der Dogmenentwicklung*, in *Schriften zur Theologie*, I, Einsiedeln-Zürich-Köln 7/1964, 60.

dons de Deus, tem limites temporais concretos como expressão da sua real historicidade. Pretende-se assim acentuar o facto de que a revelação cristã não se apresenta como um qualquer bloco errático e indefinido no meio da história humana, ao ponto de não poder ser inequivocamente delimitada e percebida, antes ela desenrola-se num contexto espaço-temporal determinado, ela é historicamente perceptível de modo definitivo na figura histórica de Jesus. Numa palavra, sublinha-se assim que o acontecimento revelador de Cristo sucedeu uma vez, em condições de plenitude e com um significado que permanece válido para sempre. Em consequência e como se refere na conclusão do n.º 4 da *Dei Verbum* sobre a «plenitude» e a «consumação» da revelação, depois de Cristo «nenhuma nova revelação pública é já a esperar». «Portanto, a economia cristã, como nova e definitiva aliança, jamais passará, e não é possível esperar outra revelação pública antes da gloriosa manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo (cf. 1 Tim 6, 14; Tit. 2, 13)». Segundo a convicção crente, tudo o que, ao longo da história, tiver realmente que ver com a salvação da humanidade depende de Cristo e do que nele se realizou. E a esperança cristã crê que isso mesmo se revelará no termo da história, aquando da manifestação gloriosa de Jesus Cristo no fim dos tempos.

Claro que só tem sentido falar-se de conclusão da revelação se entendermos o que nela está em causa. De facto, como intuiu o Concílio Vaticano II e o tem sublinhado a reflexão teológica contemporânea, a revelação não pode ser vista simplesmente como a comunicação de um conjunto de verdades ou de directivas morais que são dadas ao homem para seu conhecimento. Na iniciativa salvífica de Deus não se trata, nem em primeiro lugar nem fundamentalmente, da manifestação e da proposta de um conjunto de conhecimentos e de verdades – nisso consiste o equívoco de uma visão «informativa-teorética» da revelação, com a correspondente concepção predominantemente «doutrinalista» ou «conceptualista» da fé –, mas do dom do próprio Deus e seu amor que se nos revela e entrega no seu Filho incarnado e nos transforma pelo seu Espírito<sup>12</sup>. O que está em causa no acontecimento da revelação é a

---

<sup>12</sup> Cf. M. SECKLER, *Der Begriff der Offenbarung*, in W. KERN-H. J. POTTMEYER-M. SECKLER (ed.), *Handbuch der Fundamentaltheologie*, II, Freiburg-Basel-Wien 1985, 60-83; J. SCHMITZ, *Das Christentum als Offenbarungsreligion im kirchlichen Bekenntnis*, in *IB.*, 23-28; ID., *La revelación*, 23 ss; R. LATOURELLE, *Revelación*, in R. LATOURELLE-R. FISICHELLA (dir.), *Diccionario de Teología Fundamental* (edição espanhola adaptada por S. PIÉ-NINOT), Madrid 1992, 1232-1289; S. WIEDENHOFER, *Offenbarung*, in P. EICHER (ed.), *Neues Handbuch theologischer Grundbegriffe*, III,

própria autocomunicação e autodoação de Deus que se dá gratuitamente como princípio e fim último de uma nova vida para o homem. A revelação é sobretudo uma experiência de Deus, é a comunicação definitiva da proximidade pessoal de Deus no seu configurar-se histórico. Por isso mesmo, nenhuma época é absolutizada a-historicamente quando se proclama Jesus Cristo como o único e eterno mediador entre Deus e os homens. Antes, a fé reconhece que a revelação definitivamente acontecida em Jesus, nas circunstâncias da sua vida e do seu tempo, está também presente na relação viva com o Senhor glorificado ao longo dos tempos, pelo caminho da constante tradução existencial do acolhimento de Deus na subjectividade da fé<sup>13</sup>.

### 1.3. *Conclusão da revelação como princípio de um novo futuro*

A afirmação do carácter único e definitivo do acontecimento histórico da revelação de Deus em Jesus Cristo exclui que se esperem novas revelações ou mesmo que se possa falar de uma revelação continuada na história. Mas só se pode considerar a revelação como uma realidade significativa e de algum modo sempre actual para todos os homens de todos os tempos e lugares – e a essa abertura potencialmente universal obriga a concepção cristã de Deus – se, no longo espaço intermédio que medeia entre a vinda de Jesus e o fim dos tempos, acontecer sempre de novo esse encontro com a Palavra única e insuperável de Deus que um dia veio até nós: «Deus pronunciou esta Palavra de uma vez para sempre, e não voltará mais a pronunciar uma nova palavra reveladora superior a ela; propriamente falando, tão pouco a repete, mas actualiza-a constantemente na história (...)»<sup>14</sup>. O conceito de actualização aparece assim como a categoria-chave para definir o carácter único e ao mesmo tempo sempre significativamente presente da revelação de Deus em Jesus Cristo: a revelação não é algo que sucede continuamente, mas algo que se faz continuamente

---

München 1985, 272 ss; J. DORÉ, *La révélation*, in J. DORÉ (dir.), *Introduction à l'étude de la théologie*, II, Paris 1992, 283-337; W. RABERGER, *Die Geltungsproblematik der «Glaubenswahrheit» im Kontext der Geschichtlichkeit von «Offenbarung»*, in U. HORST (ed.), *Ringens um einen lebendigen Glauben. Wahrheit und Geschichtlichkeit*, Düsseldorf 1989, 22 ss; P. SCHARR, *Consensus fidelium. Zur Unfehlbarkeit der Kirche aus der perspektive einer Konsensustheorie der Wahrheit*, Würzburg 1992, 92 ss.

<sup>13</sup> Cf. G. L. MÜLLER, *Katholische Dogmatik*, 49 s. Cf. também A. DULLES, *Was ist Offenbarung?*, Freiburg-Basel-Wien 1970, 164.

<sup>14</sup> J. FEINER, *Revelación*, 585 s. Cf. ainda 578.

presente, o acontecimento da revelação deve ser visto como sempre renovado encontro pessoal com Deus pela acção do seu Espírito.

Claro que o carácter escatológico da revelação de Cristo e da sua actualização ao longo da vida da Igreja não deve ser entendido como se a palavra revelada de Deus não tivesse uma autêntica história ou como se essa sua história fosse um mero processo de repetição do que já foi dito uma vez. O acontecimento da revelação – já se sublinhou – não deve ser visto só nem sobretudo como algo que já se concluiu, mas como a abertura, dada pela mesma revelação, de um novo horizonte para o homem crente. A fé permanece definitivamente ligada à revelação de Deus na história única de Jesus Cristo. Mas o encontro da humanidade com o Deus que se manifestou em Jesus prossegue, até que esse encontro se tenha desenvolvido em todas as suas possibilidades. Possibilidades essas que nós – face ao carácter não acabado da história e à própria transcendência de Deus – não conseguimos medir totalmente e de uma vez por todas, sujeitos como estamos aos limites inexoráveis do tempo e do espaço, confrontados com a fragmentariedade que acompanha todo o viver histórico, incapazes de poder intuir e antecipar o que no fim nos espera.

A conclusão da revelação deve ser entendida, pois, como um princípio de um novo futuro. Este chegar ao seu termo é o começo de uma história marcada pelo definitivo e pelo não superável, mas não o fim da mesma história. O centro e o fim chegou em Jesus Cristo, mas a esperança cristã conhece um final dos tempos na vinda do Reino de Deus em plenitude, na vinda do Senhor «em poder e glória» na parusia. Esta dimensão do definitivo, do que nunca poderá ser superado historicamente, não elimina, antes possibilita e produz uma história autêntica, um caminho novo aberto pela mudança histórica acontecida, um caminho de amadurecimento, de desdobramento, de sempre nova fecundidade da revelação. «Portanto, 'em, com e sob' o cumprimento, há todavia promessa»<sup>15</sup>. Entende-se então que «a revelação como cumprimento tem ainda um *futuro*, que certamente é o futuro de si mesma, mas que, enquanto futuro, não está ainda presente, mas é esperado. Este futuro é a consumação do já definitivamente acontecido e chegado, é um futuro já iniciado no centro, no cumprimento, e por ele sustido, causado e conservado»<sup>16</sup>. Não é, pois, contraditório dizer-se que em Jesus Cristo teve lugar o cumprimento e que, ao

---

<sup>15</sup> H. FRIES, *La revelación*, 258.

<sup>16</sup> ID., 279.

mesmo tempo, o fim está ainda distante, isto é, a realidade de Cristo encerra ao mesmo tempo presença e esperança, encerra o já e o ainda não. Mas, de qualquer modo, o decisivo está no presente de Cristo e sua intrínseca realidade: «Só desde este presente é possível falar do fim e da finalidade dos tempos. *O presente é futuro que já começou. O futuro é presente levado ao seu fim*»<sup>17</sup>.

Ressaltam assim duas dimensões que, exprimindo a tensão história-escatologia que atravessa o acontecimento da revelação e a existência cristã nele enraizada, estão em íntima relação mútua. Por um lado, é o carácter decisivo da revelação histórica que fundamenta a esperança cristã na salvação escatológica. Se é viva na Igreja primitiva a esperança na vinda do Senhor é porque se tem consciência de que o acontecimento decisivo já teve lugar e garante o que há-se vir: «Se esperamos o *retorno* de Cristo, é porque *já veio*. Não é a parusia que ilumina o NT, mas antes é o acontecimento de Cristo, com tudo o que inclui, que ilumina o futuro. O futuro é *certo* porque o acontecimento de Cristo *iluminou* e *irradiou* o antes e o depois, entenebrecidos até então»<sup>18</sup>. Por outro lado, a afirmação da plenitude da revelação em Jesus Cristo não significa que se entende este acontecimento apenas como o desenvolvimento e o cumprimento de uma história anterior, antes essa plenitude só é correctamente compreendida se a vemos também no seu carácter de antecipação (prolepse) do futuro. O sentido da vida de Jesus, iluminada pela ressurreição, só se deixa captar plenamente à luz do futuro de Deus que ele anunciava e que nele e através dele se tornou realidade. Na pessoa de Jesus Cristo dá-se uma antecipação do futuro escatológico de Deus, é-nos antecipado o futuro salvífico definitivo e o objectivo final da história, é-nos comunicada a plenitude de toda a revelação<sup>19</sup>.

## 2. Do testemunho apostólico normativo às diversas instâncias e formas de testemunho

### 2.1. O testemunho apostólico e sua normatividade

As expressões «testemunho» e «testemunhar» são utilizadas de forma repetida e intencional nos textos do Novo Testamento, o que

<sup>17</sup> Id., 258.

<sup>18</sup> R. LATOURELLE, *Revelación*, 1277. Cf. ainda Id., *Teología de la revelación*, 528-531.

<sup>19</sup> Cf. W. PANNENBERG, *Offenbarung und «Offenbarungen» im Zeugnis der Geschichte*, in W. KERN-H. J. POTTMEYER-M. SECKLER (ed.), *Handbuch der Fundamentaltheologie*, II, 98, 101 s., 106.

manifesta estar-se diante de uma categoria verdadeiramente central. Dados estatísticos comprovam-no: a palavra «martyrs» (testemunha) e seus derivados aparecem 198 vezes, um número bem significativo. É-nos claramente indicado assim que a categoria do testemunho traduz algo de essencial sobre a forma como o acontecimento da revelação pode ser percebido e transmitido. Embora obviamente esteja presente noutros textos e tenha até particular relevo no pensamento teológico de João, as expressões «testemunho» e «testemunhar» pertencem sobretudo à terminologia dos Actos e à teologia de Lucas<sup>20</sup>. «A palavra *testemunha* – assinala R. Latourelle numa referência explícita ao Livro dos Actos – designa os apóstolos e só a eles, já que só eles estiveram associados a Cristo durante toda a sua vida e depois da sua ressurreição. Seguiram a Cristo por toda a parte: foram seus comensais antes e depois da ressurreição. Só eles têm de Cristo uma experiência directa, viva; de sua pessoa, da sua mensagem, da sua obra. São sobretudo testemunhas da sua ressurreição (Act. 1, 22; 2, 32; 3, 13-16; 4, 2.33; 5, 30-31; 10, 39.41.42; 13, 31); mas, mais em geral, de todo o seu caminho de vida, desde o baptismo até à ressurreição (...)»<sup>21</sup>.

Para a plena compreensão do acontecimento da revelação e da identidade da fé é fundamental aprofundar o que caracteriza o testemunho apostólico no seu significado determinante para o acolhimento e a transmissão da própria revelação, um significado normativo para toda Igreja, em todos os tempos e lugares. Os apóstolos (expressão que, neste contexto, deve ser tomada num sentido amplo que inclui os doze, Paulo, os primeiros missionários eclesiais) são testemunhas privilegiadas da auto-revelação de Jesus como o Senhor ressuscitado e vivo junto do Pai. Eles são apóstolos também pelo envio pessoal em missão e pela autoridade que o Senhor ressuscitado lhes confere (cf. 1 Cor 15, 3-11). A realidade de que se trata no acontecimento Jesus e seu significado salvífico para a humanidade só pode ser acolhida, anunciada e transmitida pela mediação do testemunho daquelas pessoas a quem o Senhor se revelou como Aquele que vive definitivamente junto do Pai e se tornou, pelo Espírito, poder vivificante. Essa passagem necessária pela mediação do testemunho humano está, por um lado, em estreita correlação com o realismo da encarnação. Por outro, ela é

---

<sup>20</sup> Cf. R. LATOURELLE, *Testimonio*, in R. LATOURELLE-R. FISICHELLA (dir.), *Diccionario de Teología Fundamental*, 1527 ss; Id., *Teología de la revelación*, 54-62 e 464-467.

<sup>21</sup> Id., *Revelación*, 1243.

inerente ao próprio acontecimento da revelação, a qual só sucede e existe como revelação «ouvida e acreditada» (K. Rahner). O ministério dos apóstolos e, mais concretamente, a sua pregação acerca de Jesus «pertencem ao acontecimento histórico da revelação, que não teria sido uma revelação verdadeiramente histórica sem homens que a conhecessem e aceitassem como tal»<sup>22</sup>. Assim os apóstolos fazem parte do processo da revelação de Deus em Jesus Cristo, crucificado e exaltado, simultaneamente como receptores desta revelação e como testemunhas chamadas e enviadas, eles constituem a primeira comunidade crente.

Este papel singular e irrepetível dos apóstolos, a qualidade única que caracteriza, como fundamento original, o seu testemunho leva-nos a ter que distinguir entre o tempo das testemunhas oculares dotadas de autoridade e o período pós-apostólico. É que no anúncio apostólico não se trata apenas do simples relato de um acontecimento histórico exterior às próprias pessoas que o narram, mas esse anúncio representa a actualização, a configuração do acontecimento da revelação no próprio testemunho humano. É nas palavras e nos gestos das primeiras testemunhas que a revelação definitiva se começa a plasmar em palavras humanas, fazendo com que a forma eclesial da revelação na idade apostólica se constitua na norma permanente da Igreja de todos os tempos: «A pregação apostólica pertence intrinsecamente ao processo de revelação de Cristo, como a forma de proclamação que a revelação se deu a si mesma»<sup>23</sup>. Na mesma ordem de ideias salienta G. L. Müller: «A Igreja apostólica é normativa na medida em que ela brota imediatamente do acontecimento da revelação e o apresenta adequadamente no querigma apostólico. A Igreja pós-apostólica está referida à revelação através do testemunho e da confissão da Igreja apostólica. Isto é necessário porque a revelação não é o anúncio de uma verdade supra-histórica, mas sim porque a sua verdade aconteceu no tempo da história. Um elemento essencial de ligação é aqui a Sagrada Escritura»<sup>24</sup>.

Fechando de certa forma o círculo da reflexão feita no início, entende-se agora mais profundamente também que a revelação, chegada ao seu cumprimento em Jesus Cristo, «se encerrou com

<sup>22</sup> J. FEINER, *Revelación*, 611. Cf. H. FRIES, *La revelación*, 276.

<sup>23</sup> G. SÖHNGEN, *Überlieferung und apostolische Verkündigung*, in *Die Einheit in der Theologie*, München 1952, 317; citado em P. LENGSELD, *La tradición en el periodo constitutivo de la tradición*, in J. FEINER-M. LÖHRER (dir.), *Mysterium Salutis*, I/1, 335, nota 158. Cf. ainda G. L. MÜLLER, *Katholische Dogmatik*, 59.

<sup>24</sup> G. L. MÜLLER, *Katholische Dogmatik*, 67.

os apóstolos»<sup>25</sup>. Dá-se a distinção fundamental entre revelação e tradição, entre origem e sucessão. Com a normatividade permanente do testemunho apostólico volta a expressar-se a total singularidade e insuperabilidade da revelação levada ao seu cumprimento em Jesus Cristo e em sua obra. Já não é possível uma nova revelação, só é possível uma tradição e seu desenvolvimento em profundidade. Fica assim estabelecida a fronteira entre revelação bíblica e revelações privadas<sup>26</sup>, entre anúncio primigénio da verdade da salvação e o agir posterior do Espírito Santo em ordem à clarificação e à compreensão mais profunda dessa mesma verdade.

## 2.2. *O lugar do testemunho na actualização da revelação*

Para a compreensão completa do significado único que tem o testemunho apostólico é indispensável aprofundar as razões pelas quais a categoria do testemunho ocupa, desde o início e ao longo da história da Igreja, uma importância primordial, mesmo decisiva. Nesse sentido é sobretudo determinante que se atenda à realidade que está em causa no próprio acontecimento da revelação.

De facto e como já foi sublinhado, a revelação é o acontecimento da autocomunicação pessoal de Deus como verdade e vida para o homem, é um encontro que muda a existência e convida a uma decisão, a um compromisso de toda a pessoa. A realidade de que se trata no testemunho apostólico – e no testemunho cristão ao longo dos tempos – não é a apresentação de factos objectiváveis ao nível do simples saber ou de algo que se situe no âmbito da informação neutra à pessoa. O que os apóstolos experimentam como certeza da fé no encontro pessoal com o ressuscitado só pode ser tornado presente pela mediação do testemunho pessoal, pela comunicação desta realidade na figura do testemunho, da confissão e do compromisso pessoais que, por sua vez, possibilitam a liberdade da fé. Como salienta E. Barbotin: «Fundado sobre uma experiência privilegiada, o testemunho não enuncia uma verdade universalmente evidente. É em razão mesmo da sua inevitância que tal afirmação requer uma testemunha e a suscita: por exemplo, a ressurreição de Jesus. Correlativamente, o testemunho nascido da fé não pode ser recebido senão na fé. Crer será sempre crer na

---

<sup>25</sup> Cf. DS 3421.

<sup>26</sup> Cf. P. ADNÈS, *Révélations privées*, in *Dictionnaire de Spiritualité*, XIII, Paris 1988, 482-492; ID., *Revelaciones privadas*, in R. LATOURELLE-R. FISICHELLA (dir.), *Diccionario de Teología Fundamental*, 1289-1293.

palavra das testemunhas que ouviram, viram, apalpam o Verbo de vida (João 1, 7-8)»<sup>27</sup>.

Mas importa reter que não está aqui em jogo apenas uma questão de falta de evidência, o problema não reside simplesmente no facto de se estar diante de algo que supera a capacidade racional humana. Antes, o aspecto decisivo consiste em que a realidade envolvida no acontecimento da revelação e suas expressões não podem ser percebidas independentemente da atitude pessoal que, em liberdade e em amor, se decide tomar. Trata-se de aceder ao Mistério de Deus e de aderir em liberdade à verdade de salvação que transluz desse Mistério. O testemunho é a via de acesso ao mistério das pessoas e o meio vivo da relação e do encontro pessoais precisamente porque, enraizando-se no cerne da liberdade humana, apela à resposta livre daquele que recebe esse testemunho e é interpelado por ele. Compreende-se então que o cristianismo possa ser caracterizado como sendo essencialmente religião do testemunho: «Com efeito, a revelação é essencialmente manifestação do mistério pessoal de Deus, que é a interioridade por excelência. O cristianismo é a religião do testemunho precisamente porque é manifestação do mistério das pessoas divinas. O que Cristo revela é, em definitivo, o mistério pessoal que ele constitui como Filho do Pai, na carne e na linguagem do homem Jesus. Os apóstolos, por sua vez, dão testemunho da sua intimidade com Cristo, Palavra de vida»<sup>28</sup>.

No fundo, esta referência central ao testemunho chama a atenção para algo que caracteriza nuclearmente a verdade própria do caminhar na fé. De facto, a verdade cristã não se situa ao nível de uma mera conceptualidade racional, mas tem um carácter eminentemente pessoal, situa-se no âmbito de um acontecimento de relação e de doação entre Deus e o homem, ela só acontece plenamente quando é realizada, quando é «feita» (Jo 3,21) como verdade vivida na existência crente. A descoberta pessoal da verdade da fé como sentido de vida nunca é uma questão de meros dados objectivos ou de conhecimentos transmitidos, mas supõe e exige sempre uma experiência da verdade captada no encontro interpessoal, a identificação com uma realidade vivida por teste-

---

<sup>27</sup> E. BARBOTIN, *Témoignage*, in *Dictionnaire de Spiritualité*, XV, PARIS 1991, 138. Cf. ainda R. LATOURELLE, *Teología de la Revelación*, 469. Sobre o significado do testemunho na experiência cristã cf. ainda: J.-P. JOSSUA, *Zeugnis*, in P. EICHER (ed.), *Neues Handbuch Theologischer Grundbegriffe*, IV, München 1985, 332-342; R. LATOURELLE, *Testimonio*, 1523-1542

<sup>28</sup> R. LATOURELLE, *Testimonio*, 1526. Cf. ID., *Teología de la revelación*, 409-414.

munhas, a percepção do sentido existencial que emerge numa relação dialógica com Deus, acompanhada pela presença e pela mediação de outros.

Olhando para a história eclesial de tradição da fé e para o presente do nosso próprio viver crente não é difícil verificar como tudo depende decisivamente do testemunho. Nascido para a fé como sujeito duma revelação o homem crente faz-se testemunha, eco, reenvio. A revelação como dom oferecido e a ser recebido e transmitido comanda uma existência em forma de testemunho, de confissão, de resposta<sup>29</sup>. Há assim uma ligação estrutural e vital entre tradição e testemunho. A tradição é resposta incarnada em realidade pessoal, histórica, institucional, é transmissão de um testemunho. O tempo cristão até à parusia é o tempo do testemunho, a tradição viva é portanto testemunho. «Mais precisamente, a tradição pode definir-se: a continuidade do testemunho cristão através do tempo e do espaço; ela não permanece viva senão na condição de ser constantemente retomada no seu sentido e testemunhada de novo. Segundo uma lei de génese recíproca, o testemunho gera a tradição, e a tradição o testemunho: ciclo vital, meio vivo no qual a Escritura nasceu»<sup>30</sup>.

### 2.3. *Um testemunho animado pela força do Espírito Santo*

A tarefa de testemunhar o acontecimento da revelação não é algo que resulte da simples capacidade individual ou colectiva dos crentes. O envio do Espírito Santo – indica-o inequivocamente o Novo Testamento – está na origem da fé da Igreja. O testemunho apostólico tem como seu princípio interior a acção do Espírito. Só é possível aderir a Jesus e reconhecê-lo como Senhor na força do Espírito (1Cor 12, 3). A fé é radicalmente um dom de Deus, acolhido na resposta humana livre. Sem essa presença e acção permanentes de Deus na história do mundo e no coração dos fiéis o acontecimento Jesus não seria percebido no seu significado salvífico pessoal e universal, a transmissão da experiência original dos apóstolos não poderia ser feita com autenticidade e fidelidade, a actualização interpelativa da revelação não poderia realizar-se. Não admira, pois, que a função do Espírito seja fortemente

---

<sup>29</sup> Cf. P. GISEL, *Croyance incarnée. Tradition – Écriture – Canon – Dogme*, Génève 1986, 34 s.

<sup>30</sup> E. BARBOTIN, *Témoignage*, 139.

sublinhada na Dei Verbum, onde se fazem mais de trinta referências ao Espírito Santo e sua acção.

Importante é ter em conta – embora estes sejam aspectos que não podem ser desenvolvidos aqui em todas as suas consequências – dois dados elementares. O primeiro é que a afirmação crente sobre aquilo que caracteriza a acção do Espírito no coração das pessoas e no mundo está em estreita correlação com a própria realidade do Espírito Santo, com o que o Espírito Santo é no seio do Mistério de Deus e no seu modo de agir para connosco. Não podia, aliás, ser de outro modo, pois o que está em causa no acontecimento da revelação é, de facto, o encontro íntimo e profundo de Deus com o homem, é o dom do próprio Deus na sua comunicação aos homens. Por isso mesmo, a acção do Espírito Santo na história de fé da Igreja não deve ser entendida como «um momento exterior» a essa história de fé, como se o Espírito de Deus se intromettesse de cada vez de fora num processo de comunicação fechado em si mesmo e puramente natural. Antes, essa presença e acção do Espírito deve ser vista «como princípio da proximidade interior no crente», ela «é um momento imanente do movimento da história da fé, na escuta sempre renovada da Palavra, na reflexão, no aprofundamento e na concretização sempre renovados do anúncio e do testemunho da autodoação de Deus tornada irreversível em Jesus Cristo»<sup>31</sup>. Por outro lado – e este é o segundo dado a assinalar – nunca se pode esquecer que, no acontecimento da revelação e da fé, Deus é o primeiro e fundamental agente. Consequentemente, a história definitiva de Deus com os homens culminada em Jesus não pode ser transmitida como se se tratasse de um qualquer objecto histórico, do qual pudéssemos dispor à nossa vontade, em termos da sua compreensão e da sua interpretação. A identidade da fé da Igreja e sua permanência nas diferentes épocas e culturas não é algo que possa ser realizado autonomamente pelos portadores da vida eclesial, antes é o próprio Deus que, pela sua presença e acção no Espírito Santo, constitui o princípio da aceitação da revelação na fé e das suas expressões na confissão de fé e no testemunho crentes. Por isso mesmo «a fé da Igreja» torna-se um momento real no acontecimento da revelação e a própria fé pessoal aparece como o efeito no homem e a actualização histórica da revelação<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> G. L. MÜLLER, *Katholische Dogmatik*, 85 s.

<sup>32</sup> Cf. W. KASPER, *Tradition als theologisches Erkenntnisprinzip*, in W. LÖSER-K. LEHMANN-M. LUTZ-BACHMANN (ed.), *Dogmengeschichte und katholische Theologie*, Würzburg 1985, 395; G. L. MÜLLER, *Katholische Dogmatik*, 51.

Compreende-se assim melhor o que caracteriza a acção do Espírito Santo relativamente ao acolhimento e ao testemunho da revelação. É o Espírito que nos introduz em toda a verdade do acontecimento Jesus, levando todas as coisas à sua progressiva manifestação e ao seu pleno cumprimento (Jo 14, 26; 15, 26; 16, 13 s.). É o Espírito Santo que possibilita se conserve e se actualize a obra salvadora de Cristo, é pela sua acção na Igreja que a tradição de Jesus Cristo é continuada e mantida viva ao longo dos tempos, é Ele que – como o verdadeiro protector e o intérprete autêntico da revelação divina – assegura a continuidade e a pureza desta tradição. O Espírito aparece como aquela força iluminadora e condutora que faz surgir autênticas testemunhas tanto na origem dos acontecimentos fundantes como ao longo dos tempos, muito diversificados e por vezes atribulados, da vida da Igreja. A função do Espírito Santo deve, então, ser concebida – tanto no princípio como na época pós-apostólica – como um impulso constante à abertura dos fiéis para as dimensões, nunca de todo mensuráveis e perceptíveis, da revelação<sup>33</sup>.

Esta atenção primordial ao papel do Espírito no processo de acolhimento e de transmissão do acontecimento Jesus Cristo não significa que estejamos diante de uma função reveladora autónoma em relação ao próprio Cristo, traduzida numa revelação nova e independente que se acrescentasse ao que se manifestou em Jesus. Pelo contrário e em sentido estrito, a missão do Espírito não consiste em trazer algo de absolutamente novo, o seu papel revelador está subordinado à substância da revelação acontecida em Cristo, a sua missão consiste em explicitar a obra reveladora e salvadora de Cristo. «O Espírito não é uma segunda interpretação de Deus, mas somente a conclusão aperfeiçoada da primeira e única interpretação, porque ‘ele não falará de Si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e anunciar-vos-á o que há-de vir. Ele glorificar-Me-á, porque há-de receber do que é meu, para vo-lo anunciar. Tudo quanto o Pai tem é meu; por isso vos disse que há-de receber do que é meu, para vo-lo anunciar’. E ‘ele vos guiará para a verdade total’ (Jo 16, 13-15). A unidade da auto-interpretação de Deus não poderia ser expressa mais claramente; ela é manifestada também em que o Espírito difundido no coração dos crentes clama: ‘Abba, Pai’, o que é o grito do Filho do Pai»<sup>34</sup>. A introdução dos discípulos

---

<sup>33</sup> Cf. J. FEINER, *Revelación*, 605. Cf. ainda P. LENGSELD, *La tradición*, 333; G. SÖLL, *Dogma und Dogmenentwicklung*, 63 s.; R. LATOURELLE, *Teología de la revelación*, 368.

<sup>34</sup> H. URS VON BALTHASAR, *Dieu est son propre exégète*, in *Revue Catholique Internationale Communio XI* (1986) 10.

pelo Espírito na «verdade plena» é «um processo indefinido, inacabável sobre a terra e no seio da história». Mas trata-se de um processo em que as expressões de interpretação que brotam do autêntico Espírito serão sempre reconhecíveis pelo facto de permanecerem «uma força de encarnação», constantemente abertas a realizarem-se no seio das «estruturas edificadas e protegidas» pelo mesmo Espírito<sup>35</sup>.

Assim, se a presença e a acção do Espírito não podem ser esperadas ao lado ou independentemente da configuração «cristológica» objectiva que identifica a Igreja de Jesus, também é um facto que só o Espírito Santo possibilita o verdadeiro acesso a Jesus e à plenitude de verdade que nele se manifesta. «O Espírito comunica realmente só o que recebe e escuta dele, mas comunica-o *agora*, sempre de novo»<sup>36</sup>. É o Espírito que interioriza em cada crente e actualiza para cada geração o acontecimento revelador, fazendo com que a sua compreensão aconteça de forma cada vez mais profunda, explicitando constantemente tudo quanto traz os sinais de pertença a Jesus Cristo. É o Espírito que assegura a continuidade e a fidelidade dessa penetração crescente no mistério de Cristo: «O Espírito recorda Jesus na medida em que ao mesmo tempo introduz profeticamente em todo o futuro (cf. Jo 16, 13). A sua tarefa é actualizar sempre de cada vez o que é novo em Jesus Cristo na sua novidade e dar-lhe assim fascínio espiritual. Ele torna presente a mensagem e a obra de Jesus num modo adequado aos respectivos ‘sinais dos tempos’»<sup>37</sup>. Ao Espírito Santo cabe, pois, uma certa função hermenêutica – interpretativa, clarificadora, iluminadora, recriativa – no processo de reconhecimento cada vez mais pleno da verdade da fé e da sua afirmação eclesial através da formulação da doutrina e da vitalidade do testemunho crente, nas suas diversas formas e instâncias<sup>38</sup>.

### 3. A actualização da revelação no testemunho crente e sua recepção pelo magistério da Igreja

#### 3.1. O papel da Igreja na actualização da revelação

A Igreja – como se torna manifesto já no próprio testemunho apostólico – não é uma realidade extrínseca, acrescentada poste-

<sup>35</sup> ID., 10 s.

<sup>36</sup> G. RUGGIERI, *Revelación*, 199.

<sup>37</sup> W. KASPER, *Tradition*, 400 s. Cf. R. LATOURELLE, *Teología de la revelación*, 553.

<sup>38</sup> Cf. J. E. BORGES DE PINHO, *A recepção como realidade eclesial e tarefa ecuménica*, Lisboa 1994, 232 s.

riormente à revelação. Pelo contrário, ela é um dos elementos constitutivos do próprio acontecimento da revelação. Como realidade sucedida na história, a revelação pressupõe o seu acolhimento, engloba necessariamente a Igreja enquanto momento da indispensável resposta crente, enquanto aquela comunidade escatológica que aceita na fé a Palavra definitiva de Deus. A revelação só é presença constante e significativa ao longo da história na medida em que a Igreja reconhece, testemunha, anuncia e vive a fé como resposta à iniciativa salvadora de Deus. Pode assim descrever-se a Igreja como a presença histórica da revelação acontecida em Jesus Cristo no período intermédio entre a sua primeira vinda ao mundo e a sua consumação na parusia, ela é o 'lugar' da revelação que já se realizou e que é constantemente actualizada até à consumação da história da salvação. Como presença permanente, tornada possível pela própria acção de Deus, da revelação acontecida em Cristo, a Igreja não é apenas «o sujeito receptor da revelação», mas ela mesma «toma parte na actualização dessa revelação»<sup>39</sup>. «O conceito de actualização põe, pois, em relevo os dois aspectos do *ef'apax*: que o acontecimento da revelação sucedida em Cristo é único e irrepitível, e que está destinado a ter validade em todos os tempos»<sup>40</sup>.

Nessa actualização não se trata simplesmente de comunicar certas verdades ou um conjunto mais ou menos amplo de doutrinas, mas de proporcionar sempre de novo um encontro vivo, uma comunhão real com Deus em Cristo crucificado, glorificado e continuamente presente na sua comunidade. Trata-se em toda a vida da Igreja de criar as condições para que possa acontecer sempre de novo nos crentes aquela entrega pessoal a Deus que se revelou em Jesus Cristo e que suscitou a adesão existencial das testemunhas do ressuscitado. O que está em causa não é, pois, a oferta de um conhecimento acerca de Deus, mas uma experiência de Deus em Cristo e no Espírito, uma experiência que suscita todo um dinamismo de vida, que impulsiona uma maneira de viver à luz do Evangelho, que proporciona um sentido quase instintivo das exigências de fidelidade que ela comporta. A Igreja existe para possibilitar e favorecer a imediatez deste encontro entre o Deus que se revela e o homem que é chamado a escutar e a acolher esse dom.

---

<sup>39</sup> J. FEINER, *Revelación*, 586.

<sup>40</sup> ID., 587. Cf. A. DULLES, *Lehramt und Unfehlbarkeit*, in W. KERN-H. J. POTMEYER-M. SECKLER (ed.), *Handbuch der Fundamentaltheologie*, IV, Freiburg-Basel-Wien 1988, 164.

Participa nesta actualização da revelação toda a Igreja no conjunto do seu viver, no cumprimento fiel das funções fundamentais de anúncio do Evangelho, de celebração da fé e de serviço fraterno, na multiplicidade dos seus serviços, na diversidade das inúmeras formas de presença e de acção cristãs. É a Igreja toda – no testemunho que brota da realidade, frequentemente ignorada ou até menosprezada, dos seus santos anónimos, dos profetas incompreendidos, dos que têm particular intuição existencial do Mistério de Deus e seu amor para conosco, dos que buscam novas formas de linguagem e de visibilização da fé, dos que aprofundam o sentido do Evangelho no diálogo com a ciência e a cultura, dos simples cristãos que procuram ser fiéis a Cristo na opacidade das circunstâncias da vida – é toda a Igreja, sublinha-se, que transmite e actualiza a revelação, tornando-a significativa para as pessoas de cada tempo e lugar. É a Igreja na sua totalidade que ao mesmo tempo é ouvinte da Palavra e é chamada a dar testemunho dessa Palavra.

Decorrem daqui duas conseqüências práticas que, embora suficientemente conhecidas, não podem deixar de ser lembradas. Por um lado e em termos tanto de teoria como de prática eclesiológicas, impõe-se uma mudança – progressiva mas decidida – na forma como se vêem os portadores do processo de actualização da revelação: duma visão teológica e duma prática pastoral que tendiam a acentuar o suporte pela hierarquia tem de se passar, definitivamente, a uma consideração mais global, que reconhece e valoriza o papel do conjunto da Igreja na transmissão concreta da fé, uma Igreja que em todos os seus membros é interpelada a ouvir a Palavra e a testemunhá-la nas diversas situações de vida, tanto nas diferentes tarefas intra-ecclesiais como naquelas que envolvem caminhos de transformação deste mundo. Só a Igreja toda, em todo o seu viver, é capaz de ir fazendo essa constante actualização que o acontecimento da revelação pede e exige. Este reconhecimento do papel que todos os crentes podem e devem desempenhar tem, obviamente, as suas exigências em termos de vivência pessoal da fé: ao direito, que cabe a todos os crentes, de suportar e de configurar activamente a tradição da Igreja corresponde o dever, para cada cristão, de adquirir a necessária competência que lhe permita ser testemunha verdadeira e fiel do Evangelho<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> H. J. POTTMEYER, *Tradición*, in R. LATOURELLE -R. FISICHELLA (dir.), *Diccionario de Teología Fundamental*, 1568.

Por outro lado, há que superar definitivamente visões que tendam a ignorar esse papel activo que pertence a todos os crentes também no que diz respeito aos complexos processos de clarificação da verdade da fé. Embora o magistério da Igreja resulte de uma missão própria que se reporta ao ministério apostólico mandado pelo Senhor ressuscitado e pressuponha uma capacitação específica pelos dons Espírito, é preciso superar todo o equívoco eclesiológico que, nas questões da verdadeira compreensão e prática da fé, tendesse a ver o Espírito Santo em exclusiva ligação com o magistério e, em consequência, a olhar para os fiéis prevalentemente (senão mesmo exclusivamente) sob o registo da obediência<sup>42</sup>. Em toda a vida da Igreja, também nos processos de afirmação e de clarificação da verdade, é o Espírito que dá os seus diversos dons a todos os membros da Igreja, é Ele que suporta a unidade e a diversidade, que fomenta a complementaridade de dons e de tarefas, que anima os vários sujeitos pessoais e colectivos a viver com fidelidade a existência crente e a assumir com responsabilidade pessoal e sentido comunitário a sua vocação e a sua função.

### 3.2. *O papel do magistério da Igreja na recepção do testemunho crente*

A afirmação crente da permanência da Igreja na fidelidade essencial ao Evangelho está em íntima correlação com o reconhecimento do carácter escatológico da comunidade eclesial e da transmissão da revelação que ela é chamada a fazer: «Se Deus quer a realização da Igreja como meio através do qual a revelação acontecida em Cristo permaneça presente e operante na história, então isso mesmo equivale a conceder a esta Igreja a garantia divina de que nunca se afastará da verdade da revelação»<sup>43</sup>. Com a revelação definitiva de Deus em Jesus Cristo dá-se também – assim o confessa em comum a fé cristã, e isso independentemente das divergências confessionais que neste âmbito encontram um aspecto de controvérsia particularmente delicado<sup>44</sup> – uma presença per-

---

<sup>42</sup> Cf. G. L. MÜLLER, *Katholische Dogmatik*, 86.

<sup>43</sup> J. FEINER, *Revelación*, 592.

<sup>44</sup> Cf., no que aos luteranos diz respeito, *Lehrautorität und Unfehlbarkeit in der Kirche*, in G. GASSMANN-H. MEYER (ed.), *Das Kirchenleitende Amt. Dokumente zum interkonfessionellen Dialog über Bischofsamt und Papstamt*, Frankfurt 1980, 87-127; COMMISSION INTERNATIONALE CATHOLIQUE-LUTHÉRIENNE, *La compréhension de l'Église à la lumière de la doctrine de la justification – 1993*, in *La Documentation Catholique* 2101 (1994) 840 ss. Cf. uma visão geral do problema ecuménico nesta matéria em J. E. BORGES DE PINHO, *A recepção*, 74-98.

manente fundamental da verdade na fé e na pregação da Igreja. O cumprimento da revelação inclui que esta promessa divina definitiva seja irrevogável. Isto é: apesar de toda a deficiência humana que sempre a afecta, a Igreja confia que a acção do Espírito a mantém numa fidelidade estrutural à sua origem apostólica, que ela não pode falhar no testemunho essencial do Evangelho, que a verdade e a salvação de Jesus Cristo permanecem nela.

É ao serviço dessa fidelidade estrutural e desta permanência na verdade fundamental do Evangelho que se entende o lugar próprio do magistério da Igreja. Na concepção católica e como é sabido, o magistério da Igreja tem um lugar indeclinável e uma autoridade própria que não é meramente dedutível da comunidade crente, suas expressões de vontade e de consenso na fé. Ele não se limita a sancionar acordos prévios já existentes e a ratificar processos de recepção da verdade da fé, mas tem a capacidade e o direito de, com base na fé da Igreja, se pronunciar com autoridade própria na interpretação autêntica da fé e, se for caso disso, de tomar decisões definitivas. Na tarefa de transmissão da fé, o ministério eclesial, na plenitude que atinge no ministério episcopal (mormente como colégio) e como se exprime no serviço do papa, possui uma tarefa específica de mediação autoritativa da tradição ao serviço da identidade da fé e da unidade da Igreja. Esse dado firme da fé católica representa o reconhecimento de um carisma próprio de discernimento e de expressão autorizada da fé ligado ao exercício do ministério episcopal e na continuidade do ministério apostólico, um dom do Espírito que, sob determinadas condições, pode mesmo garantir até um exercício do magistério imune de erro (infallível) naquilo que é fundamental para a fé e a doutrina de ordem moral. Está aqui em causa, em última instância e segundo a concepção católica, a possibilidade de a Igreja permanecer indefectível na confissão da verdadeira fé, uma possibilidade que – é certo – radica no dom do Espírito a toda a comunidade crente (LG 12), mas que encontra também no magistério um instrumento indispensável à sua concreta efectivação e uma expressão particularmente qualificada<sup>45</sup>.

No entanto, a fé que o magistério proclama não é nem pode ser senão a fé de toda a Igreja, o exercício desta função específica na Igreja não é nem pode ser autónomo relativamente ao sentido da fé dos fiéis no seu conjunto. Mesmo a última e extraordinária

---

<sup>45</sup> Cf. G. L. MÜLLER, *Katholische Dogmatik*, 69; J. E. BORGES DE PINHO, *A recepção*, 139 s.

forma de exercício solene do magistério pelo papa (uma decisão papal «ex cathedra») não pode ser entendida senão como um «momento interior» na infalibilidade da Igreja, ou seja, mesmo nesse caso a palavra do sucessor de Pedro adquire o seu sentido e a sua legitimidade a partir do facto de que ele exprime o verdadeiro «consensus fidelium»<sup>46</sup>. O papa exerce aí a função representativa de verificar, clarificar e precisar o comum sentir na fé de toda a Igreja. A autoridade do magistério como instância fundamental de interpretação e de decisão tem de ser, pois, concebida e praticada, como uma realidade interior à vida da comunidade, e não como algo situado exteriormente ou que se imponha por razões de mera autoridade. Essa autoridade só se justifica como forma própria pela qual se manifesta a autoridade de Cristo e como serviço à Verdade que Ele é para a salvação do homem, um serviço que só tem sentido dentro da consciência de fé da comunidade eclesial e a favor da fidelidade e do crescimento na fé de todos os seus membros.

Dois tópicos conhecidos sublinham bem este lugar do magistério na concepção católica, e não será inútil lembrá-los expressamente aqui. O trabalho de assimilação e de interpretação da revelação, que o magistério leva a cabo com a assistência do Espírito, não supõe uma nova revelação. Bem pelo contrário, trata-se de explicitar, concretizar e aplicar a revelação acontecida em Jesus Cristo e de escutá-la sempre de novo com cada vez maior fidelidade<sup>47</sup>. Por outro lado, lembra a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, o magistério da Igreja «não está acima da Palavra de Deus, mas está ao seu serviço, não ensinando senão o que foi transmitido, enquanto por mandato divino e com a assistência do Espírito Santo, a ouve piamente, a guarda santamente e a expõe fielmente, haurindo deste único depósito da fé todas as coisas que propõe à fé como divinamente reveladas»<sup>48</sup>. Deste modo pres-

---

<sup>46</sup> Cf. J. E. BORGES DE PINHO, *A recepção*, 140 ss.

<sup>47</sup> A *Lumen Gentium* precisa deste modo o papel do magistério: «Porém, quando o Romano Pontífice, ou o corpo episcopal com ele, define alguma verdade, propõe-na segundo a Revelação, à qual todos se devem conformar. Esta transmite-se integralmente, por escrito ou por tradição, através da legítima sucessão dos Bispos e, antes de mais, graças à solicitude do mesmo Romano Pontífice; e, sob a iluminação do Espírito de verdade, é santamente conservada e fielmente exposta na Igreja. Para a investigar como convém e enunciar aptamente, o Romano Pontífice e os Bispos, segundo o próprio ofício e a gravidade do assunto, trabalham diligentemente, recorrendo aos meios adequados; não recebem, porém, nenhuma nova revelação pública que pertença ao depósito divino da fé»: *Lumen Gentium*, n.º 25. Cf. ainda *Dei Verbum*, n.ºs 4 e 17.

<sup>48</sup> *Dei Verbum*, n.º 10.

supõe-se, da parte do magistério, uma valorização atenta de todas as instâncias de testemunho da Palavra de Deus na Igreja, e isso como indeclinável exigência de autêntica e constante fidelidade à verdade.

Percebe-se assim como o magistério da Igreja, sendo embora uma instância hermenêutica activa e fundamental na afirmação da verdade da fé, não pode ignorar que o acolhimento e a transmissão da Palavra de Deus se realiza como um processo eclesial global de conhecimento actualizador da revelação, de percepção progressiva e concretamente clarificadora da verdade e das exigências do Evangelho. Há aqui lugar para um testemunho mútuo, sem o qual a plena fidelidade à verdade e a eficácia testemunhal da experiência cristã serão necessariamente afectadas. Neste processo existencial e cognitivo de testemunho mútuo trata-se, antes de mais, de afirmar sem reservas o lugar próprio insubstituível da autoridade doutrinal na Igreja, recebendo a verdade proclamada por ela e captando o que tal representa como valor para a vida da Igreja e para a edificação da fé dos crentes. Mas trata-se também de reconhecer inequivocamente o papel activo da comunidade crente na descoberta e na expressão da verdadeira fé<sup>49</sup>. Só este testemunho mútuo, permitindo um equilíbrio mais comunional entre o exercício da tarefa magisterial e o contributo específico que os crentes podem e devem dar em termos de clarificação doutrinal, permitirá que se consiga responder mais adequadamente aos desafios colocados pela historicidade do caminhar na fé. Trata-se, no fim de contas, de dar o devido valor às experiências que os cristãos fazem nas diversas situações em que vivem e que – particularmente pela intuição existencial da «hierarquia das verdades» e pela sensibilidade atenta aos «sinais dos tempos» – podem ter significado crucial para a percepção e a prática mais fiéis dos valores evangélicos.

### 3.3. *Actualização profética da revelação e historicidade do caminhar na fé*

A constante actualização da revelação representa para a Igreja a tarefa de testemunhar, mediante a sua palavra e a sua acção, a iniciativa gratuita de salvação a favor da humanidade, de modo que a proposta salvífica de Deus possa chegar aos homens de cada época. Nessa tarefa a Igreja não pode, obviamente, contentar-se

---

<sup>49</sup> Cf. J. E. BORGES DE PINHO, *A recepção*, 157-163; A. Shorter, *La revelación y su interpretación*, Madrid 1986, 201-203.

com a simples repetição das expressões recebidas e com as formulações tradicionais da verdade revelada. Impõe-se-lhe, antes, o dever de traduzir fielmente a verdade perene da revelação em confronto com as sempre novas situações históricas em que os homens são chamados a viver. Na transmissão da revelação a Igreja sabe-se assim não apenas ligada – em permanente atitude de acolhimento e de consciente autocrítica – aos seus fundamentos originais e orientada pela normatividade que deles resulta, mas sente-se ao mesmo tempo movida a caminhar em frente, estimulada pelos impulsos iniciais e pelas energias interiores inerentes à mensagem que deve ser transmitida e testemunhada<sup>50</sup>.

Neste processo continuado ao longo da história, a vivência da fé pela Igreja vai sendo marcada por uma diferenciação interior, por uma apropriação mais reflexa e por afirmações da verdade da revelação mais adequadas aos sempre novos desafios do tempo. Acontece um progresso, um amadurecimento no reconhecimento da verdade e na captação do conteúdo de sentido da revelação, a qual mostra a sua sempre nova fecundidade face às circunstâncias mutáveis das diversas épocas, lugares e culturas. Por isso e face à mudança dessas circunstâncias, a Igreja é chamada constantemente ao longo dos tempos a dar respostas actualizadas à mesma Palavra de Deus, a tomar posições renovadas a partir da única fé na mesma revelação de Deus, a dizer num dado momento algo que porventura ainda não tenha dito até então ou a exprimi-lo numa forma nova ainda não utilizada. O crente que toma consciência do percurso da fé ao longo dos quase dois mil anos de cristianismo não pode deixar de reconhecer com espanto e gratidão – não obstante todas as fraquezas e obscuridades humanas que marcam esse percurso e os limites que afectam a nossa percepção do Mistério de Deus – as dimensões nunca de todo compreendidas, nunca completamente mensuráveis da revelação uma vez acontecida, mas sempre de novo actualizada. Essa é, afinal, a inadiável e constante tarefa que acompanha todo o viver crente individual e eclesial: «As riquezas do inesgotável mistério de Cristo devem ser desenvolvidas e tornadas frutuosas no Espírito, através da sempre renovada recepção da Palavra e a práxis testemunhal actual da fé. O Espírito é invocado como a actualização profética da verdade e do amor de Cristo nas concretas situações históricas de confirmação da fé, nas situações em que o indivíduo ou a Igreja são chamados a testemu-

---

<sup>50</sup> Cf. D. WIEDERKEHR, *Das Prinzip Überlieferung*, in W. KERN-H. J. POTTMEYER-M. SECKLER (ed.), *Handbuch der Fundamentaltheologie*, IV, 109.

nhar. É só pelo Espírito que a Igreja – e para além da sua situação empírica e sócio-religiosa de sujeito dotado de responsabilidade – é capacitada para a autêntica transmissão e é mantida nela. Pois a actualização sempre nova na tradição viva é exactamente tão gratuita e tão indisponível como a própria origem»<sup>51</sup>. Há lugar para uma actualização profética, criativa, inovadora do acontecimento da revelação.

Naturalmente que o que está em causa nesta actualização criativa e inovadora não representa algo de totalmente novo, sem relação com o definitivamente adquirido no encontro com Jesus Cristo e no seu seguimento, o dado fundante que anima estruturalmente a Igreja e a identifica em quaisquer tempos ou situações. Estamos, sim, no âmbito da crescente penetração do conteúdo da revelação. Propriamente falando, o que progride e se aperfeiçoa não é o depósito da fé, objectiva e definitivamente constituído, mas a inteligência da revelação mediante uma assimilação cada vez mais viva do objecto da fé e seu significado existencial. Trata-se de um progresso no reconhecimento da verdade e no conhecimento subjectivo da mensagem da salvação. Progride-se na inteligência cada vez mais profunda, mais detalhada, mais precisa, da Palavra de Deus e seu sentido para a existência crente e para a história humana, mas não há lugar para uma nova mensagem ou para a descoberta de um sentido completamente diferente do acontecimento cristão<sup>52</sup>. Naturalmente que este progresso na verdade sucede inevitavelmente dentro duma certa tensão entre os dados adquiridos do passado, conservado e mantido vivo pela tradição, e as intuições resultantes do confronto com o presente, da busca de resposta a situações novas, do caminhar em ordem ao futuro com suas incertezas e obscuridades. Estamos – importa reconhecê-lo – diante de um movimento de crescimento na compreensão e na assunção existencial da verdade da fé que se apresenta como um processo complexo e difícil, um processo por vezes mesmo doloroso pelos conflitos que envolve e pelas inseguranças com que vem acompanhado. Mas por aqui passa também decisivamente a riqueza inesgotável do acontecimento cristão, profundamente implicado na história humana.

De facto, um dado basilar que caracteriza o processo de transmissão, actualização e assimilação da verdade da fé ao longo dos tempos é a sua dimensão de historicidade. A fé cristã nunca pode

---

<sup>51</sup> ID., 118.

<sup>52</sup> Cf. R. LATOURELLE, *Teología de la revelación*, 513 ss.; ID., *Revelación*, 1274 ss.; G. SÖLL, *Dogma und Dogmenentwicklung*, 60-63.

esquecer que a encarnação de Deus em Jesus Cristo é o acontecimento central da revelação e que, por isso mesmo, a autocomunicação de Deus e o processo do seu acolhimento têm de ser pensados nas categorias da historicidade, da contingência, da mutabilidade. Aqui está, aliás, um elemento específico da compreensão bíblico-cristã da revelação, ou seja, a convicção crente de que a «experiência de Deus» acontece – na própria história de Jesus e ao longo do viver histórico humano – nas configurações do temporal, do local, do não necessário, do não totalmente calculável ou administrável, ela realiza-se sempre através da mediação do cultural e sob os condicionamentos de um mundo em constante transformação<sup>53</sup>. A identidade da revelação e da sua transmissão ao longo dos tempos nunca é, pois, uma questão de simples regulamentação linguística, antes é a identidade do único e insondável amor de Deus que se comunica ao homem no concreto das suas múltiplas vivências históricas. Por isso mesmo também, a verdade da revelação só pode ser percebida e afirmada sob as condições da historicidade, isto é, de um modo sempre marcado pelas circunstâncias do provisório, do precário, do fragmentário. A garantia de que, neste processo de afirmação e de testemunho da verdade, a Igreja permanece na identidade da sua fé e essencialmente fiel à sua origem só a encontramos, em última análise, na presença e na acção do Espírito<sup>54</sup>.

Mas – e esta é outra faceta da mesma realidade – precisamente porque os cristãos falam de uma revelação na história<sup>55</sup>, são constantemente interpelados a ter um sentido vivo e intenso da presença e do agir de Deus nessa mesma história, são desafiados a perceber o acontecimento da revelação – tanto em relação ao passado como no seu significado presente e na sua relevância futura – como um diálogo continuado de Deus com os homens nas circunstâncias histórico-culturais em que eles vivem. Deus não é um qualquer ser imóvel que olha indiferente para a humanidade e seu caminho, mas o Mistério de uma presença gratuita permanente, Deus é Aquele que, como Criador, respeita a liberdade e a responsabilidade humanas, mas é também o Deus Salvador que acompanha o viver humano, que está sempre próximo, que pode fazer emergir a sua graça alterando o decurso dos acontecimentos,

---

<sup>53</sup> Cf. W. RABERGER, *Die Geltungsproblematik*, 28. Cf. ainda 24.

<sup>54</sup> Cf. J. E. BORGES DE PINHO, *A recepção*, 234.

<sup>55</sup> Cf. R. LATOURELLE, *Teología de la revelación*, 434-450, esp. 436; R. FISICHELLA, *La revelación*, 58-60.

que se manifesta mesmo imprevisível nas formas como exprime o seu amor misericordioso para com a humanidade. Por isso mesmo e à luz da fé, a história não é uma mera sucessão linear de acontecimentos neutros e de sentido indiferente, mas surge como fruto do agir livre do homem em resposta à iniciativa criadora e salvadora de Deus, ela é o lugar onde os sinais de Deus interpelam a consciência humana, a sua responsabilidade pelo presente e pelo futuro. Para a fé e porque o agir de Deus nunca chega ao seu termo, o nosso mundo é, apesar de toda a sua opacidade e maldade, o lugar de encontro com o Mistério de Deus, a oportunidade de descobrir e de testemunhar a Verdade que salva. A Igreja só pode cumprir fielmente a tarefa de actualização da revelação se procurar sempre de novo escutar a mesma e eterna Palavra de Deus nas circunstâncias de cada tempo, se souber acolher a única fé sob expressões renovadas nas diferentes épocas e culturas, se tiver a transparência e a criatividade suficientes para perceber com agilidade e verdade os sinais de Deus, se tiver a coragem de um anúncio e de um agir proféticos, à luz do Reino de Deus, em todas e quaisquer circunstâncias.

É certo que, concluída a revelação com o fim da época apostólica, não há que esperar nenhuma nova revelação pública quanto à situação fundamental da humanidade relativa à salvação, e a referência a um anúncio e a um agir proféticos na actualização da revelação não esquece isso. No entanto, não se pode ignorar também que, durante a fase presente da economia da salvação, permanece espaço para os sinais de Deus, para as manifestações do seu amor gratuito e misericordioso, para as indicações do seu Espírito iluminando os crentes sobre as interpelações resultantes da sua própria situação histórica. A actualização da revelação confiada à Igreja na totalidade dos seus membros, dos seus diversos serviços e nas suas diferentes instâncias de testemunho, acontece sob a assistência permanente do Espírito de Cristo, ou seja, sob a acção de Deus que continua presente e activo na história da humanidade, na vida da Igreja e no coração dos fiéis. Isto quer dizer: do lado de Deus, há sempre lugar para novos dons, para novas ofertas de encontro, há lugar para a novidade criativa, a surpresa, o imprevisível. Do lado da Igreja, há lugar para a santidade, para o profetismo, para a erupção existencial da transparência do amor misericordioso e salvador de Deus no meio e apesar de toda a fragilidade humana. Passa decisivamente por aqui o desafio, que é colocado à Igreja no seu conjunto e a cada cristão em particular, de uma constante actualização profética da revelação nas condições da historicidade do caminhar na fé. Trata-se, em última análise, de

penetrar mais profundamente no Mistério do Amor de Deus, de traduzir mais concreta e incisivamente o que isso significa para o sentido e a validade da vida humana, de impulsionar a aprofundar e a viver o essencial do Evangelho, ou seja, o concreto amor a Deus e ao próximo.

JOSÉ EDUARDO BORGES DE PINHO